



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13970 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

QUEM TEM MEDO DA FEMINIZAÇÃO DO CURRÍCULO?: UMA CONVERSA COMPLICADA SOBRE O PATRIARCADO.

Lorena Azevedo do Carmo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Resumo: O presente trabalho é um recorte de considerações oriundas de tese em processo de conclusão, que aborda o tema patriarcado, a partir de uma revisão bibliográfica, de maneira a deslocar teoricamente a obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (2021) de Friedrich Engels a partir de teóricas feministas como Gerda Lerner, Oyeronke Oyewùmí e Gayle Rubin, adentrando o campo do currículo de modo a objetivar a defesa da impossibilidade do currículo como documento prescritivo (SÜSSEKIND, 2014a) capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais, praticando e defendendo, portanto, o currículo como conversa complicada (SÜSSEKIND, 2014b), recusando uma forma única de serestar hetero(sexual) masculino branco.

Palavras-chave: currículo; patriarcado; conversa complicada;

No presente trabalho, faço um deslocamento teórico sobre a temática do patriarcado, principalmente, com Gerda Lerner, a partir de uma revisão bibliográfica como metodologia, porque entendo que a divisão de classes que Friedrich Engels sugere em seu livro *A origem da família, da propriedade privada* não dá conta de explicar a linha fluída e divisória que é o patriarcado. Para adensar tal diálogo trago pesquisadoras como Gayle Rubin, que aborda a organização social de opressão das mulheres e de minorias sociais, e Oyeronke Oyewumí, que entende que a divisão de sexo/gênero dá-se por uma visualidade ocidental em antítese ao

hegemônico homem branco heterocisnormativo. Logo, tenho por objetivo adensar o entendimento de patriarcado como um sistema que agrupa as pessoas em relação às desigualdades, em que os privilégios se deslocam constantemente diante das territorialidades e aniquilam a outridade em relação ao padrão de heteronormatividade imposto. Lerner ao analisar a obra *A origem da família, da propriedade privada*, nos conta que “A descrição da divisão sexual do trabalho primitivo feita por Engels é curiosamente semelhante à descrição de lares de camponeses europeus na Pré-História.” (2019, p. 48). Friedrich Engels compara diferentes sociedades e padroniza as relações de subordinação a partir da ideia de divisão de classes, o que invisibiliza a luta das mulheres em situação de vulnerabilidade, independente de sua classe. Rubin (2012) corrobora a teoria de Lerner afirmando que o marxismo não se ocupa da questão do sexo ao focar na divisão social por classes. *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado* (2021), aborda uma fórmula e/ou padrão para a divisão sexual do trabalho. Tal afirmação é errônea dada à incapacidade de organizar todas as sociedades em uma divisão binária, em que um trabalho específico feito por homens seria sempre feito por essa categoria em qualquer lugar no mundo. Entendo que o erro de Engels é generalizar as construções familiares e a divisão sexual do trabalho. Ele utiliza-se do estudo e análise de determinados povos (havaianos e iroqueses, por exemplo) para justificar as formações familiares de seu tempo. O mesmo afirma em seu livro que há um “fiel paralelo na organização dos indígenas americanos.” (ENGELS, 2021, p. 102). Logo, defendo que a organização social de opressão das mulheres e das minorias sociais se dá a partir do que Rubin entende por *sistema de sexo/gênero* que “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (2012, p. 3). Ainda de acordo com Rubin, existem outras denominações para sistema sexo/gênero como patriarcado e modo de reprodução. Neste trabalho, usarei majoritariamente a palavra patriarcado. Rubin defende ainda que o termo sistema sexo/gênero é neutro e que o conceito patriarcado esconde as distinções entre a capacidade e a necessidade humana de criar um mundo sexual e as formas de opressão que foram organizadas. Todavia, discordo da existência de neutralidade em um conceito e entendo que ambos, sistema sexo/gênero e patriarcado, abordam o poder sobre a vida e morte das pessoas. Entre Engels e Lerner é possível alinhar a ideia de que as linhas de opressão patriarcal se deslocam, sejam elas referentes às propriedades ou aos privilégios que o patriarcado oferece. Engels afirma que “até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro.” (2021, p. 139) e Lerner diz que “Para as mulheres, a classe é medida por meio de seus vínculos sexuais com um homem, que então lhes proporciona acesso a recursos materiais.” (2019, p.34). Ou seja, enquanto uma mulher é protegida outra se encontra vulnerável. O patriarcado é uma violência relacional de dominação,

subordinação, porém é pautado em uma troca de obrigações, de sujeição e até proteção, há muitas possibilidades de negociação. É uma política de morte, em que há sobreposição de opressões, todavia a obediência não funciona. A lógica patriarcal aprisiona nossos corpos e perpetua uma lógica que excluem e tornam inexistentes aqueles que não se enquadram nos papéis previstos. Gerda Lerner afirma que “O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis.” (2019, p. 21). A autora também nos conta, de modo a corroborar com Pinar, que “Quando o argumento religioso perdeu a força no século XIX, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se científica.” (2019, p. 45). Faz-se, portanto, necessário problematizar a heteronormatividade, de modo a compreender sua conexão com os modos de organizações sociais. Essa normatização constrói as bases dos discursos entre “barbárie, civilização e perversão.” (PASSOS, 2022, p.13). A partir de Oyewùmí (2021), o gênero é definido como um discurso sobre duas categorias sociais divididas de forma binária, oposta e hierárquica. Sendo o homem o tipo de humano original no qual outras existências são medidas. A autora continua seu raciocínio dizendo que “... no Ocidente, mulheres/fêmeas são o Outro, sendo definidas em antítese a homens/machos, que representam a norma.” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 71). Adentro neste ponto o campo do currículo assumindo em minha pesquisa a importância de negociar sentidos e me posicionar como pesquisadora da área, pois, de acordo com Silva (2019), os discursos sobre o campo produzem uma noção particular. Ou seja, cada discurso propõe formas de entender, organizar, definir e praticar o currículo. Assumo aqui o currículo como conversa complicada de William Pinar, que dialogando com Süsskind (2014b, p. 31) nos explica que “é uma conversa porque as pessoas estão falando umas com as outras.”, portanto defendo a impossibilidade do currículo como documento prescritivo (SÜSSEKIND, 2014a). Moreira (2002), ao contar sobre a história do campo do currículo, aborda uma insatisfação dos pesquisadores, nos Estados Unidos, durante a década de 70, que os engajou a reconceptualização do campo. Já a pesquisadora Gesser nos ajuda ao explicitar que “no final do século XIX e no início do século XX inicia-se efetivamente, nos Estados Unidos, o currículo como um campo sistemático de trabalho na educação.” (2002, p.73), o que nos abre brecha para entender o medo da feminização na Educação. No início do século XX, de acordo com Pinar (2020), houve o que se compreende como crise da masculinidade branca. O medo da feminização, em relação aos meninos brancos, tornou-se uma preocupação tão grande que orientou currículos estadunidenses e políticas de controle sobre a docência, reafirmando a ideia de um documento prescritivo capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais. Assumir que a masculinidade estaria desaparecendo, principalmente no final do século XIX com a ‘descoberta’ da homossexualidade, significaria reconhecer que o poder patriarcal estaria fadado à ruína (PINAR, 2020). É uma maneira de se manter o poder é atacar mais forte seus inimigos, para que assim se

preserve a virilidade. Os currículos fazem parte de um campo alimentado por disputas e dissenso. De acordo com Lopes, “qualquer consenso é um consenso sobre o caos, sobre o instável e a estabilidade só se faz necessária, porque não é natural.” (2013, p. 20), pois “existem significações em disputa a respeito do que concebemos como social, como escola, como conhecimento, como currículo.” (LOPES, 2013, p. 20). O conhecimento científico não dá conta de explicar as realidades, pois são sempre mais complexas do que nossos meios de representá-la. O domínio da heteronormatividade e do patriarcado, ainda que problematizados, no contexto escolar, sufoca e/ou aniquila tudo aquilo que não se enquadra nos padrões hegemônicos das performances de gênero, utilizando-se de múltiplas violências machistas, misóginas, homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas, principalmente, se analisarmos a atuação de setores ultraconservadores que vem cada vez mais buscando regular a escola como, por exemplo, o movimento Escola Sem Partido que cria pânico moral, principalmente, em pais cristãos e conservadores. Segundo Jason Stanley, algumas sociedades, valendo-se de práticas fascistas de aniquilação e controle, praticam o que ele entende por política de ansiedade sexual (2020), em que seus causadores são apresentados como ameaça a ordem sexual, ameaçando a pureza. A política de ansiedade sexual ataca a democracia e os estudos de gênero, que conservadores entendem por subversão da masculinidade e destruição da família tradicional. A oposição aos estudos de gênero perpetua a ideologia patriarcal e enfraquece amplamente os direitos básicos. Em relação aos papéis de gênero, hooks (2020), por exemplo, diz que as crianças do sexo masculino são as que mais sofrem violências “... quando seu comportamento não está em conformidade com noções sexistas de masculinidade. Eles são frequentemente humilhados por adultos sexistas [...] e outras crianças.” (p. 113). Por conseguinte, “A normalidade social coloca limites ao saber e transforma o que não tolera em problemas de minorias e de interesse de conhecimento apenas para esses grupos ditos minoritários.” (PASSOS, 2022, p. 15). Compreende-se, desta forma, que os estudantes são passíveis de serem doutrinados por professores *esquerdistas*, *feminazis*, *gays* e *comunistas*. Esses docentes ensinariam seus alunos saberes que divergem da moralidade cristã e dos valores tradicionais de suas famílias. Logo, não cumpririam com seu papel de educadores, em que transmitem de forma neutra conhecimentos previstos em documentos curriculares nacionais como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular/BNCC. Vimos aparecerem nos debates curriculares fake news, negacionismos, além da extinção do programa Bolsa Família, aumento da pobreza, fome, violências, dentre tantas mazelas que estamos enfrentando e vimos também dentro das universidades o rancor pelas mudanças e acolhimentos nos corpos docentes e discentes. Defendo, portanto, com os currículos pensados/praticados que existem “conhecimentos aniquiladores, abissais, coloniais que precisam ser deslocados, desconstruídos, nas escolas, num movimento de produção de presença travesti, feminina, negra, pós-binária, múltipla.” (SÜSSEKIND;

GONÇALVES; OLIVEIRA, 2020, p. 121-122). Assim, demoniza o trabalho docente, abissaliza o estudante, e, desvaloriza a aula abduzindo dos currículos sua principal característica que é ser uma criação cotidiana tecida como conversa, e ameaça a formação de professores e sua docência como trabalhadores-intelectuais. Portanto, acredito e defendo que as práticas curriculares são inevitavelmente criativas e se movimentam em redes de resistências, subversões, obediências desobedientes e escapes, sempre e de diversas formas. E, desta forma, a aula como uma conversa complicada e os currículos como criações cotidianas que acontecem no chão da escola, onde até mesmo conteúdos são negociados entre professores, estudantes, comunidades, historicidades, e a própria sociedade. Não podemos simplesmente combater a violência com mais violência, porque fomos socializados assim. Precisamos, como seres humanos, desviar dessa falsa norma e nos colocarmos na posição de outridade também, para refletirmos sobre nossas formas de conhecer e viver ao ocuparmos lugares que antes nos eram negados. Quando lutamos para existir, não podemos perpetuar a não existência de outras pessoas. Finalizo, portanto, com a seguinte citação de Ailton Krenak: “Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser.” (2019, p. 15).

Referências:

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 10ª Edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvil Libanio. 13ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, sociedade & culturas**, n. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index.php/esc-cie/article/view/311>. Acesso em: 25 fev. 2023.

OYEWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PINAR, W. PUNK' In: **Queer(i)zando currículos e educação**. RODRIGUES, Alexandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (Orgs). 1ª Ed.

Salvador: Editora Devires, 2020. p. 62-92.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos. Recife: SOS Corpo, 2012.

SILVA, T. T. **DOCUMENTOS DE IDENTIDADE**: Uma introdução às teorias do currículo. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STANLEY, J. **COMO FUNCIONA O FASCISMO**: A política do “nós” e do “eles” Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

SÜSSEKIND, M. L.; GONÇALVES JUNIOR, S. W. P.; OLIVEIRA, L. T. A. MONSTRAS E CURRÍCULO DE GÊNERO AO SUL DE MAPLE ST. In: **Queer(i)zando Currículo e Educação**: narrativas do encontro. RODRIGUES, Alexandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs). 1ª Edição. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 109-128.

SÜSSEKIND, M. L. As (im)possibilidades de uma base comum nacional. **Ecurriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1512-1529, 2014a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21667/15917>. Acesso em 15 jul. 2020.

SÜSSEKIND, M L. **Quem é William F. Pinar?**. Petrópolis: de Petrus Et Alii, 2014b.